JORNAL DO SERVIDOR

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

DIVULGAÇÃO



Reunião discutiu reajustes, carreiras e benefícios para servidores federais

MGI sinaliza novas mesas de negociação com servidores

A Condsef/Fenadsef se reuniu com representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), em 6 de novembro, para cobrar respostas às reivindicações dos servidores federais. Entre as demandas estão a correção de distorções salariais, a reestruturação de carreiras e a extensão da Gratificação Temporária de Execução e Apoio a Atividades Técnicas e Administrativas (GTATA) a categorias não contempladas pela Lei 15.367/2026. Segundo a entidade, o MGI sinalizou a instalação de mesas temáticas no início de dezembro para discutir carreiras, desigualdades remuneratórias e valorização profissional. A reunião também tratou da criação de auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas, mas o ministério descartou abrir um grupo de trabalho específico sobre o benefício. A entidade espera que as mesas de negociação avancem nas próximas semanas.

MGI negocia pautas dos servidores federais

A Condsef/Fenadsef cobrou do Ministério da Gestão (MGI), em reunião na sexta-feira (6), avanços nas reivindicações dos servidores federais. A pauta inclui correção de distorções salariais, reestruturação de carreiras e extensão da GTATA a categorias excluídas dos reajustes da Lei 15.367/2026. Segundo a entidade, o governo sinalizou mesas de negociação para dezembro. Também foi discutida a criação de auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas, mas o ministério descartou abrir um grupo de trabalho específico.

DIVULGAÇÃO



Mobilização pressiona pela retomada dos reajustes em 2027 e 2028

Servidores do Funai querem adicional de fronteira

Servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) cobram inclusão de todas as categorias no pagamento da indenização de fronteira. A MP 1.375/2026 contemplou apenas trabalhadores do Plano Especial de Cargos, deixando de fora integrantes da Carreira Indigenista e do Quadro Suplementar. A Condsef/Fenadsef considera a exclusão um erro de redação e defende que o benefício alcance profissionais que atuam nas mesmas regiões e enfrentam condições semelhantes. A entidade prepara mobilização para discutir os próximos passos da reivindicação.

Governo apresenta reajustes do funcionalismo

O Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) informou que 56 acordos salariais foram firmados com servidores federais entre 2023 e 2025. Segundo o governo, todas as carreiras do Executivo federal tiveram reajustes reais no período. O auxílio-alimentação também passou de R$ 458 para R$ 1.192. Os dados integram o balanço das negociações e das medidas de valorização do funcionalismo.

Recenseadores do IBGE

O IBGE abriu processo seletivo para contratar 27.279 recenseadores temporários para o 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola. As inscrições seguem até 25 de novembro, pelo site da Fundação Cesgranrio. A remuneração fixa é de R$ 1.741, com parcela variável que pode elevar os ganhos a R$ 4.370. Os selecionados atuarão na coleta de dados em todo o país.

Aluno-soldado da PM

A Polícia Militar de São Paulo abriu concurso para 2 mil vagas de aluno-soldado, com remuneração inicial de R$ 5.482,51. As inscrições começaram nesta segunda-feira (9) e seguem até 22 de dezembro, pelo site da Vunesp. A prova está prevista para 28 de fevereiro de 2027. Os candidatos devem ter ensino médio completo, entre 17 e 30 anos.

Concurso da Receita

A Receita Federal prepara concurso para 146 vagas, sendo 116 para analista-tributário e 30 para auditor-fiscal. A banca organizadora deve ser contratada em novembro, com edital previsto para dezembro. A seleção foi autorizada pelo Ministério da Gestão. Os dois cargos exigem nível superior completo, com lotação em unidades do órgão em todo o país.

Mesa de Negociação

O Ministério da Previdência Social instituiu uma Mesa Setorial de Negociação Permanente para discutir reivindicações dos servidores e empregados públicos da pasta. A medida foi oficializada pela Portaria 1.545, publicada em 3 de novembro, e prevê diálogo entre representantes do governo e entidades sindicais. O colegiado terá representantes dos dois lados.

Magistrado da Unilab

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) publicou edital com 16 vagas para professor do magistério superior. As oportunidades abrangem diferentes áreas de conhecimento, com remuneração inicial informada de até R$ 13.753,96. O edital foi publicado no Diário Oficial da União em 9 de novembro.

Professores do IFMG

O Instituto Federal de Minas Gerais abriu processo seletivo para oito vagas temporárias. As oportunidades são destinadas a docentes, com remuneração que pode chegar a R$ 15.040,18, conforme a titulação e a carga horária. As inscrições começaram em 5 de novembro e seguem até o dia 19. A seleção busca reforçar o quadro de professores.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



O julgamento pode afetar a remuneração de docentes em todo o país

STF retoma julgamento sobre reflexos do piso do magistério

Decisão pode definir se reajuste nacional deve repercutir nos demais níveis

Da **Redação**

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve retomar na quarta-feira (11) o julgamento que discute os efeitos do piso salarial nacional do magistério sobre a remuneração dos professores da educação básica. Em análise no Recurso Extraordinário (RE) 1.326.541, referente ao Tema 1.218 da repercussão geral, a controvérsia envolve a utilização do piso como referência para o vencimento inicial e a extensão dos reajustes aos demais níveis e classes da carreira. A decisão poderá orientar processos semelhantes em todo o país.

O caso teve origem em uma ação movida por uma professora da rede estadual de São Paulo. A Justiça reconheceu o direito à adequação do vencimento básico ao piso nacional e determinou que a correção alcançasse os demais patamares da carreira. O governo paulista recorreu ao STF, argumentando que a remuneração dos servidores depende de legislação própria e que a extensão automática dos reajustes interfere na autonomia dos entes federativos.

O relator, ministro Cristiano Zanin, votou pelo reconhecimento da obrigação de estados, Distrito Federal e municípios elaborarem ou atualizarem seus planos de carreira, tendo o piso como parâmetro mínimo. No entanto, considerou que o Judiciário não pode determinar a aplicação automática dos percentuais de reajuste a todas as classes e referências, sob risco de violar a separação dos Poderes.

Em maio, o ministro Dias Toffoli apresentou divergência. Para ele, os entes federativos devem observar o valor atualizado do piso e promover os eventuais reflexos na estrutura remuneratória das carreiras. Toffoli também propôs prazo de 24 meses para as adequações. O ministro Alexandre de Moraes acompanhou essa posição.

O julgamento foi interrompido após pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, que devolveu o processo em 1º de outubro. O resultado deverá esclarecer os limites da aplicação do piso nacional e a autonomia de estados e municípios na definição dos planos de carreira.

Embora o piso estabeleça um valor mínimo nacional, a repercussão dos reajustes na progressão funcional varia conforme a legislação de cada rede. A decisão do STF deverá estabelecer parâmetros constitucionais para essa relação.